

O Baile da Ilha Fiscal foi o último

Marcos Sá Corrêa

A descentralização é coisa do Golbery. O velho bruxo morreu no ano passado, já não regia o palácio do Planalto desde o governo João Figueiredo e a frase, um esconjuro para todas as mudanças de rotina na política brasileira quando ele andava pelo Gabinete Civil do regime militar, está definitivamente fora de moda. Mas a patente dessa guinada do poder que a Constituinte trata como reforma tributária e o governo José Sarney oficializou a contragosto como operação-desmonte é a consumação, sem tirar nem por, do processo que o general Golbery do Couto e Silva batizou logo no começo da década como o movimento de "diástole" - ou seja, o fim de uma era em que o governo central, entrincheirado em Brasília e vacinado contra as amolações do voto popular, pretendia tomar conta do país inteiro.

Começo da década não é força de expressão. Pois foi exatamente em 1980, para o auditório da Escola Superior de Guerra, que Golbery anunciou que a abertura política roeria fatalmente a centralização pelas bordas. E se deu ao luxo de oferecer um "conselho aos estadistas, estrategistas e planejadores". Sendo a descentralização inevitável, "apliquem estímulos bastante fortes no campo que seja mais propício, segundo a velha tática do aproveitamento das linhas de menor resistência".

Isso posto, Golbery saiu de cena e, de fora, viveu o suficiente para ver dois governos serem moídos até a última falange de autoridade no esforço vão de desmenti-lo. Exemplo: o presidente José Sarney e seu mandato de cinco anos. Ao tirar da Constituinte, no semestre passado, a prerrogativa das eleições para seu sucessor, Sarney ao mesmo tempo mostrou o muque de seu governo e o atestado de anemia profunda da Presidência da República, pois desde 1982 o país balança entre a influência de presidentes nomeados e a de governadores eleitos pelo voto direto.

Nesse jogo, o presidente entrava com o espólio do autoritarismo militar, que era a centralização administrativa e seu dote de verbas represadas em Brasília sob os mais diversos pretextos e títulos. Os governadores tinham o voto. E, com ele - além de outras prerrogativas essencialmente práticas, como o direito cada vez mais costumeiro de

arrancar dinheiro do governo central para atender a prioridades estaduais, tinham uma vantagem que em política parece abstrata, mas não é: a legitimidade. É por causa dela que, há muito tempo - pelo menos seis anos, quando se reinauguram as eleições diretas para os governos dos estados - a importância dos governadores está crescendo e a dos presidentes diminuindo. E, estando o poder descentralizado e a República não, os presidentes dilapidaram esforços e orçamentos tentando arrumar as coisas na front que Golbery definiu com linhas de maior resistência. Assim, a eleição indireta do presidente Tancredo Neves em 1985 teve de ser paga aos políticos como uma distribuição de cargos que retalhou toda a administração federal entre o PMDB e o PFL. E os cinco anos de Sarney foram comemorados em 1988 como verdadeiro último baile da ilha Fiscal - pois a ilha Fiscal da República, com sua concentração anacrônica de recursos tributários cuja finalidade mais visível é redistribuí-los aos políticos, fica em Brasília. Aliás, é Brasília.

Uma declaração do atual ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves - "é dando que se recebe" - introduziu nessa festa republicana a cuíca do cinismo. Mas, pelos estatutos da gafeira que regeram a dança da centralização dos recursos públicos numa terra descentralizada politicamente, o método que conferiu a Sarney os cinco anos não foram, a não ser pelo estilo, tão diferentes assim dos que elegeram Tancredo Neves ou, por falar nisso, dos que se atribuíram em 1984 ao empresário Paulo Maluf para chegar à Presidência. O perigo de um presidente da República escolhido em rifa é este - enclausura-se no palácio do Planalto um réfem dos políticos.

E quem banca o resgate, como dizia, do alto de sua experiência, o general Figueiredo, é a "viúva" - quer dizer, o Tesouro Nacional. Quando o modelo centralizador foi armado a partir de 1964 por militares e tecnocratas (sem falar nos empreiteiros, grandes empresários e outros interesses nada votados), o governo gerado nessa fundação podia sofrer de várias taras políticas, mas era lógico. Equiparam o governo federal com instrumentos para tocar os projetos de crescimento, abastecido por um sistema fiscal que ordenava estados e municípios em proveito da União e, coerentemente, obrigaram os políticos a enfiar a viola no saco, depenando de funções o Congresso e simultaneamente extinguindo eleições presidenciais e de governadores. Com tal arranjo, os gestores da modernização nacional podiam (pelo menos, quando quiseram, como ocorreu no governo Ernesto Geisel em relação a

seus principais projetos) atender as necessidades urgentes do Brasil do futuro. As do presente, num país onde ainda falta quase tudo, ficavam com as sobras do orçamento. E a oposição, com o monopólio da crítica. Quem vive de voto não consegue fazer essa opção pelo futuro com a mesma impunidade, porque o eleitorado, ao contrário dos especuladores na Bolsa de Futuros, não costuma empenhar seu título no mercado a termo.

O azar do autoritarismo é que, entre os anos 60 e 70, ele até que deu certo. Modernizou o país, acelerou uma revolução demográfica que transferiu do campo para a cidade a maioria dos brasileiros, da enxada para a indústria e a prestação de serviços a mão-de-obra e, sem querer, promoveu uma explosão eleitoral - quadruplicou o eleitorado em cerca de duas décadas. E a ditadura, montada em 70 milhões de eleitores, acabou comida pelas bordas. Restauraram-se as eleições diretas de governadores. Em seguida a dos prefeitos de capitais e áreas de segurança.

O símbolo, senão o prótomartir, desse vai-e-vem da História é o coronel Mário Andreazza. Ele passou pela vida pública em duas encarnações. Na primeira, era um coronel com os pés plantados na linha-dura militar e as mãos estendidas para os apertos dos políticos, que se lançou candidato a presidente como mestre-de-obras do autoritarismo, fazendo extravagâncias como a Transamazônica, num deserto de políticos e votos. Era um campeão do autoritarismo. Na segunda aparição, ainda como candidato à Presidência, era o ministro do Interior que intermediava as liberações de verbas para um vasto cardume de políticos que, depois de sacarem do coronel a derradeira promessa de uma grana para o saneamento básico do tomaladacá bandeou-se alegremente para a candidatura Maluf. O clientelismo, que é a patologia da influência política, foi nos últimos anos o sintoma mais notório de que o centralismo já dera o que tinha que dar.

Cercado de autoridades eleitas por todos os lados, sobrou, como reliquia da velha ordem, o presidente promulgado, tão fora do tempo que a Constituinte, neste segundo turno, finge que ele nem existe. Não é tudo culpa do Sarney, mas da diástole que lhe espreme inapelavelmente as prerrogativas do cargo. E a sístole, se Golbery tiver novamente razão sobre a índole pendular do fenômeno, só começa a chegar no ano que vem, com uma eleição presidencial artificialmente adiada, mas que por obrigação contratual do processo em dois turnos, colocará no palácio do Planalto por maioria absoluta o titular do maior patrimônio de votos da República.